



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 798/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1433/2015 (6 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Srs. Ronney César Campos Peixoto, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas e Airtón Ângelo Claudino, Secretário de Estado, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação nº 187/2016 (fls. 1048/1051).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4441/2016–MPC–ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1052/1053).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
SEPLANCTI. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas. Determinações
à origem, à DICAD e à SEPLENO.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, exercício de 2014, de responsabilidade dos Srs. **Airtón Ângelo Claudino**, Secretário titular da pasta e **Ronney Cesar Campos Peixoto**, Secretário Executivo e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 23 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.2- Determinar à origem que:

9.2.1- Instaure procedimento administrativo para identificar e responsabilizar o condutor pelas infrações de trânsito cometidas.

9.3- Determinar a DICAD/AM que na próxima inspeção *in loco* verifique o cumprimento do item acima;

9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

10- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de Setembro de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 798/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral